

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 - Série VII - N.º 417
7 de Janeiro de 1982

Preço: 15\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e Impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa

Álvaro Cunhal em Alpiarça no próximo domingo

O secretário-geral do PCP
participará na Assembleia de
Organização de Alpiarça no próximo
domingo, onde pronunciará um
discurso sobre a actual situação
política

**Festas
de Fim de Ano**

Pág. 5

marcha da paz



pela paz!
pelo desarmamento!
não às armas nucleares!

16 de Janeiro de 1982

LISBOA

Saldanha - 15 h

PORTO

Praça da Liberdade - 15 h



A incúria, o desinteresse e a incompetência do Governo «AD» agrava as consequências dos temporais que atingiram o País

Temporais:
com a «AD» tudo piora

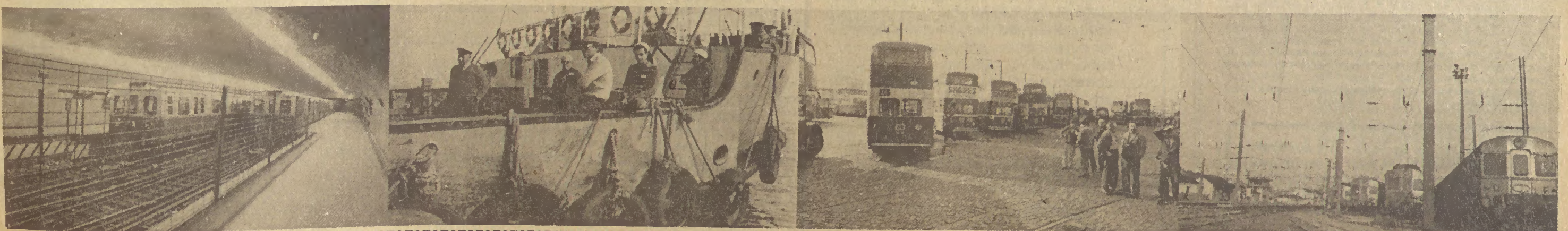
Pág. 6

TRABALHADORES EM GREVE

A luta continua - mas não só!



A luta cresce!



Pág. 8

SEMANA Nacional

29

Terça-feira



Defender a Reforma Agrária

O temporal que tem varrido o País nos últimos dias continua a causar enormes prejuízos e a provocar vítimas: no estuário do Tejo, virou-se uma cábrua (guindaste flutuante) provocando a morte de um tripulante e o desaparecimento de mais três, enquanto na barra, ao largo do Bugio, encailhava o pesqueiro «Moon Fish», de pavilho francês, continuando infrutíferas todas as tentativas de o desencalhar ■ Novo aumento no preço da electricidade, na ordem dos 11,36%; é o terceiro aumento este ano ■ É tornado público um despacho da Secretaria de Estado da Cultura classificando imóveis de interesse público a Central Tejo, na zona de Belém, e a Misericórdia da Azambuja ■ Um comunicado dos Secretariats Distritais das UCPs e Cooperativas Agrícolas de Beja, Évora e Portalegre afirma que "os trabalhadores da Reforma Agrária e as suas organizações estão desde já a encerrar novas formas de luta para resistir, palmo a palmo, a nova ofensiva que Basílio Horta e a AD estão a intentar contra a Reforma Agrária, contra a produção e o direito ao trabalho".

30

Quarta-feira

Agrava-se o vendaval que assola o País: seis mortos perto de Benavente quando uma árvore se abateu sobre um autocarro de passageiros, chéias no Douro e no Tejo, o vento soprando violentemente (no Porto atingiu os 160 km/hora), várias regiões sem telefone e electricidade, muitos cortes no trânsito rodoviário ■ Muitos milhares de trabalhadores anunciam paralisações para os primeiros dias de Janeiro, em luta por melhores salários e condições de trabalho ■ A Electricidade de Portugal (EDP) informa que a chuva dos últimos dias em Portugal Continental tem aumentado de forma significativa a energia acumulada nas barragens.

31

Quinta-feira

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, faz a passagem do ano com trabalhadores em laboração; assim juntará com os trabalhadores da empresa de metalomecânica pesada "Duarte Ferreira", no Tramagal, passando a meia-noite na "Portugal", empresa de produção de celulose e pasta de papel, em Vila Velha de Ródão ■ O primeiro-ministro Pinto Balsemão, que se encontra em Espanha em gozo de férias, declara ao jornal espanhol "El Noticiero Universal" que se torna necessário "um acordo com o Partido Socialista português para realizar modificações de alguns pontos da Constituição, cujo debate se iniciará em Fevereiro" ■ Os destacamentos de engenharia militar e da Força Aérea cessam a sua missão de apoio à reconstrução das ilhas Terceira e Graciosa, atingidas pelo sismo de 1 de Janeiro de 1980; a engenharia militar começara a trabalhar na ilha Terceira em Maio do ano passado e a Força Aérea cerca de três meses mais tarde.

1

Sexta-feira

O Presidente de República, general Ramalho Eanes, lê a sua mensagem de Ano Novo aos microfones da RTP e RDP, onde referirá nomeadamente que "a questão económica será o problema crucial do próximo ano", acentuando que "nenhuma sociedade democrática se pode manter se tiver como único horizonte a austeridade" ■ Rosa Mota, atleta portuguesa, vence a Corrida de S. Silvestre em S. Paulo, no Brasil, confirmando a categoria que lhe era reconhecida e batendo as suas mais directas adversárias norte-americanas e alemãs-federais; entretanto Carlos Lopes venceu a "S. Silvestre" organizada pelo "Jornal de Notícias" no Porto e Fernando Mamede, em Madrid, quedar-se-ia pelo 8.º lugar.

2

Sábado

Em comunicado, a DORL do PCP denuncia que "só no distrito de Lisboa ascende a muitos milhares de pessoas que após o temporal ficaram sem abrigo" e considera que "a imprevidência, inútil e o desprezo manifestado pelos homens da AD ante a dramática situação em que se encontra uma importante parte da população portuguesa, seriam razões suficientes para exigir a demissão de um governo que mais uma vez mostra que não existe para servir o povo e o País".

3

Domingo



Inundações em Lisboa

Abranda o temporal que debastou sobre o nosso país nos últimos dias, mas a chuva ainda provocou algumas inundações: hoje, nomeadamente na zona de Lisboa ■ O presidente da Junta Nacional de Frutas declara à ANOP que a escassez de batata, verificada principalmente em Lisboa, se deve à especulação e ao armazenamento com o objectivo de impor uma subida nos preços; a especulação com a batata assumiu tal amplitude, que a Fiscalização Económica instaurou ultimamente numerosos processos ■ A CNA insurge-se contra os novos aumentos do gasóleo agora decretados pelo Governo, sublinhando que a lavoura não está em condições de suportar, só por si, quaisquer novos agravamentos dos produtos essenciais para o sector.

4

Segunda-feira



Greve

A APU e o PS apresentam duas moções de censura à Câmara Municipal do Porto por esta não ter apresentado nos prazos legais o Plano de Actividades e Orçamento para 1982 ■ O balanço final das "Operações Natal e Ano Novo" levadas a cabo pela GNR nas estradas do Continente traduz-se em 77 mortos e 1342 feridos, 720 dos quais em estado grave, sendo de 1259 o total de acidentes registados ■ O Metropolitano de Lisboa inicia à meia-noite uma paralisação que se prolongará até à próxima quinta-feira, dia em que paralisarão também a Carris e a CP; em causa as tabelas salariais e a contratação colectiva.

5

Terça-feira

Fracassam as "alternativas" de transporte ao Metropolitano de Lisboa, presentemente em greve, postas a "funcionar" pelo Governo com viaturas da Rodoviária Nacional, as quais não só não resolveram nada como causaram transtorno aos utentes nas zonas onde deviam ter circulado ■ Goram-se as tentativas para arrancar o barco francês «Moon Fish» das areias do Bugio, no Tejo, devido à forte ondulação ■ As autoridades sul-africanas anunciam a venda, ainda este mês em hasta pública, dos seis navios da SNAPA há longos meses paralisados naquele país; as embarcações, que constituem património nacionalizado, foram arrestadas o mês passado por não pagamento de 140 000 contos de dívidas relativas ao seu prolongado estacionamento em portos sul-africanos.

Efeméride da Semana — A 1 de Janeiro de 1934 entra em vigor o decreto de Salazar que proíbe os sindicatos operários e o «Estatuto do Trabalho Nacional» elaborado segundo o modelo da «Carta del Lavoro» de Mussolini.

Editorial

DOIS ASPECTOS DOMINANTES DA SITUAÇÃO ACTUAL

Na situação portuguesa actual dois aspectos dominantes convém reter:

- 1.º) A situação política, económica e social atingiu um estado de degradação difícil de ser ultrapassado;
- 2.º) O plano subversivo da «AD» contra o regime democrático adquiriu facetas novas cuja natureza importa escarpelizar.

Antes de tudo, quando se categoriza a crise em três planos, pretende-se apenas designar as suas categorias principais. Não se trata, obviamente, de um esquema rígido nem de compartimentos estanques: cada uma dessas categorias tem incidências, interpenetrações e condicionamentos diversos. E tantos mais, quanto maior é o seu estado de degradação.

Não há, pois, fronteiras rígidas entre o político, o económico e o social, mas deve acentuar-se que quanto mais a crise se deteriora maior é a sua carga política, mais exigentemente as soluções se vão colocando no plano político.

Na nossa situação nacional concreta a crise política tem aspectos institucionais, político-militares, inter e intrapartidários (isto é, nas relações entre os partidos e dentro de cada um deles) e cada um destes aspectos se desdobra em planos vários.

É que, de facto, no centro do agravamento da situação portuguesa actual está a política do Governo AD/Balsemão/Freitas. Os trabalhadores são as primeiras vítimas dessa política.

Na grave instabilidade social que se vive, o Governo procura alijar as suas responsabilidades fundamentais e inverter as causas da crise. Na boca dos governantes a grande movimentação das classes trabalhadoras no momento actual não tem fundamento objectivo na situação material criada aos trabalhadores pela sua política — são mera agitação provocada pelos comunistas...

Todo o aparelho de propaganda da «AD», os órgãos de comunicação social do Estado que abertamente manipula e os que lhe são directamente afectos, procuram inculcar nos portugueses essa versão falseada das causas profundas dos conflitos sociais que se agravam na actualidade portuguesa.

Um dos jornalecos da extrema-direita, afecto à «AD», dizia mesmo antontem à tarde sobre a greve dos transportes: «as paralisações desde hoje levadas à prática são de mera intenção política, visando a desestabilização da vida nacional, com total desrespeito pelos interesses do País e dos trabalhadores — os principais lesados pela ofensiva que a intersindical-PCP desencadeou».

Quer dizer: não são as medidas antioperárias e antipopulares do Governo «AD» as causadoras directas da desestabilização social mas sim os trabalhadores e as suas organizações de classe e principalmente, como não podia deixar de ser, os comunistas que têm as costas largas...

O Governo faz o mal e a caramunha! Os trabalhadores estão dando a resposta firme, unida e organizada às medidas antioperárias e antipopulares do Governo «AD»/Balsemão/Freitas — de que precisamente a greve dos transportes urbanos de Lisboa e dos ferroviários é, no momento actual, a expressão mais saliente — reflecte o profundo sentimento de injustiça de classe para com a maioria esmagadora da população portuguesa contra quem a política económica e social da coligação governante é dirigida.

Toda a propaganda da Aliança reaccionária não tem, porém, força bastante para inverter e anular este dado essencial dos conflitos sociais que na hora actual necessariamente perturbam a vida e a sociedade portuguesas por exclusiva culpa da «AD».

A posição do Governo «AD»/Balsemão/Freitas é a típica posição dos representantes directos do grande capital que, além disso, detém entre nós, no momento presente, a parte mais significativa e operante do poder político — o executivo (o Governo) e o legislativo (a maioria parlamentar). Essa posição típica consiste em negar a justeza das reivindicações dos trabalhadores e da sua luta atribuindo-lhes objectivos de agitação política e intenções subversivas.

O Governo tenta sacudir a água do capote mas é impossível escamotear a realidade. E esta mostra que é a coligação governante a grande responsável pelos conflitos sociais no momento presente.

A realidade é insofismável. É o Governo «AD»/Balsemão/Freitas que quer impor a ferro e fogo o tecto dos salários abaixo do tecto dos preços; o Governo subordina a sua política salarial a uma taxa de inflação artificial inferior à desvalorização real do escudo.

Na prática isto significa a queda sensível e deliberadamente provocada do poder de compra dos salários a que deve juntar-se a maquiavélica retaliação das multas contra os patrões que acedam a aumentar as remunerações dos trabalhadores para além do «tecto», reconhecendo assim a sua justeza.

É o Governo que começa o ano com novos e excepcionais aumentos de preços — dos transportes, dos combustíveis, da electricidade, dos medicamentos e de serviços essenciais da saúde pública, é o Governo que cobre as actividades de açambarcamento de artigos essenciais, como a batata, por exemplo, que será depois lançada no mercado a preços exorbitantes. Não é promovendo medidas contra os grandes açambarcadores mas recorrendo à importação que o Governo se propõe solucionar o grave problema do abastecimento da batata, cuja produção nacional é suficiente para o consumo público.

É o Governo que bloqueia por sistema a necessária revisão da contratação colectiva, adiando a actualização dos salários, prolongando por tempo indefinido o desfazamento entre os salários e os preços, principalmente nas empresas públicas e nacionalizadas mas também no sector privado.

É o Governo que quer impor aos trabalhadores o famigerado pacote de leis laborais que principalmente liberaliza os despedimentos e virá agravar ainda numa escala sem precedentes as dificuldades do primeiro emprego para os jovens e aumentar o desemprego entre as mulheres.

É o Governo que impõe uma lei de austeridade de funil — apertar o cinto para os trabalhadores mas liberalizar os gastos para aqueles que dispõem dos mais altos rendimentos.

As «férias prendidas» do Primeiro-Ministro, que é simultaneamente um grande capitalista, em contraste com os demagógicos apelos ao «turismo nacional» para economizar divisas, são significativas.

No segundo aspecto, isto é, na prossecução do plano subversivo da «AD» contra o regime democrático, as novas facetas vêm do conluio cada vez mais evidente entre Mário Soares e a «AD» para uma revisão constitucional cheia de perigos para a democracia portuguesa.

A questão das chefias militares e os poderes actuais do Presidente da República estão na luz da ribalta depois do conhecimento público da proposta de uma lei de bases da Defesa Nacional e das Forças Armadas levada por Jaime Gama para debate no gabinete de Estudos do PS para a Defesa Nacional e dos compromissos cada vez mais evidentes do secretário-geral do PS com os chefes da «AD» em planos políticos mais vastos.

De facto Mário Soares deixou de ser «oposição» à «AD» as suas «críticas» a Balsemão não passam de puro verbalismo — é apenas oposição ao PCP; o anticomunismo e am-

bições pessoais inconfessáveis dominam os seus actos e a sua conduta no plano político.

A propósito da questão da Polónia isso tornou-se evidente: Mário Soares alinhou totalmente com a «AD», mesmo contrariando o espírito das decisões dos seus companheiros da Internacional Socialista.

Significativamente escrevia o jornal fascista «O Dia»: «A brandura de Brandt e os temores de Schmidt, as velas de Reagan e os lamentos de Thatcher contrastaram com a frontalidade, a coerência e a generosidade de outro líderes do mundo livre. O Governo português foi neste aspecto verdadeiramente modular. A sua condenação foi inequívoca e imediata. Também o líder da oposição democrática, Mário Soares, consolidou de modo espectacular o prestígio que tem sabido conquistar em momentos de opções decisivas. Em 1981 como em 1975» (os sublinhados são nossos).

Os socialistas tirarão conclusões deste mau serviço que Mário Soares presta ao seu Partido num momento tão grave da vida nacional. É seu o problema.

Mas os perigos que advêm para o regime democrático da conduta do secretário-geral do PS não dizem respeito apenas aos socialistas mas a todos os democratas e antifascistas portugueses.

A revisão constitucional vai estar no centro da batalha política de defesa do regime democrático e do 25 de Abril nos meses imediatos. O acordo Mário Soares/«AD» na questão das chefias militares e dos poderes actuais do PR tornar-se-ia realmente perigoso se tivesse expressão parlamentar que evidentemente ainda não tem.

Cada vez mais as tendências revisoras em que o PS/Mário Soares acordaram na comissão de revisão com a «AD» apontam não só para a retirada dos poderes actuais do PR logo após a revisão, como possibilitam a criação de um clima propício à sua demissão compulsiva antes do fim do mandato presidencial.

Não querer ver isto é enterrar a cabeça na areia como o avestruz.

Vê-se cada vez mais que Mário Soares ambiciona a Presidência da República mesmo «vendendo a alma ao diabo».

Claro, pela via das eleições, não terá a mínima hipótese. A estratégia fascizante de Freitas do Amaral por ele exposta no tempo de antena do CDS na TV está longe de ser uma filosofia exclusiva dos círculos mais reaccionários da «AD».

Quando ele define os «adversários» — «PC, socialistas marxistas, ala "melo-antunista" do Conselho da Revolução e «anistas de esquerda», define de facto, pecando por defeito e embora em termos inadequados, uma parte importante do vasto campo da democracia e do 25 de Abril que na hora actual se opõe e tem força para obstar ao plano subversivo da «AD» contra o regime democrático e as suas principais conquistas.

É nesta perspectiva que deve colocar-se o exigente reforço e alargamento do movimento popular e democrático, a intensificação da luta de massas em todas as frentes contra a «AD», o seu Governo e a sua política e também o necessário diálogo, a convergência e a unidade de todos os democratas e patriotas.

O PCP insiste em que, para resolver a crise, condições prévias se impõem: **dissolução da Assembleia da República, exoneração do Governo «AD», formação de um governo democrático idóneo, realização de novas eleições legislativas nos prazos constitucionais.**

A crise não é fatal — resolvê-la está nas mãos do Povo português.

Saudação do PCP ao PC do Chile

A propósito do 60.º Aniversário do Partido Comunista do Chile, o CC do PCP enviou ao CC do PCC uma mensagem em que se «saúda fraternal e calorosamente o Comité Central do Partido Comunista do Chile e, por seu intermédio, todos os comunistas, a classe operária e o povo do Chile», acrescentando-se logo a seguir:

«O Partido Comunista do Chile ao longo dos seus sessenta anos de gloriosas lutas travadas em condições de legalidade e nas difíceis condições da clandestinidade, afirmou-se como a vanguarda revolucionária da classe operária do Chile na sua luta pela liberdade, a democracia, a independência nacional e o socialismo. Tanto na luta pela liberdade, como na defesa dos governos da Unidade Popular que o Chile conheceu, como ainda na acção persistente pela unidade das massas populares e das forças democráticas e progressistas, o Partido Comunista do Chile adquiriu um grande prestígio nacional e internacional.

«Fiel às suas gloriosas tradições de combate, os comunistas chilenos são os mais aguerridos combatentes pela causa da liberdade do povo chileno contra o regime fascista de Pinochet e muitos dos seus militantes entregaram a sua vida na luta contra a cruel ditadura.

«Os comunistas portugueses expressam os sentimentos dos trabalhadores e do povo português, reafirmam nesta histórica ocasião a sua inquebrantável solidariedade de combate para com a luta do Partido irmão do Chile pela libertação de todos os presos políticos, pelo regresso ao Chile de todos os exilados, pela divulgação do paradeiro de todos os desaparecidos, pelo fim do regime fascista, pela conquista das liberdades, pela paz e pelo socialismo. Os comunistas portugueses que durante 48 anos conheceram a dureza da luta clandestina denunciam firmemente a criminoso política de cooperação do actual governo reaccionário português com Pinochet, contrária aos interesses dos povos do Chile e de Portugal. Nas actuais circunstâncias,

apesar dos perigos que pesam sob a democracia portuguesa, o PCP luta com confiança pela defesa do regime democrático, pelas conquistas de Abril, consagradas na Constituição da República».

Lê-se ainda no documento:

«Nos últimos anos a luta dos trabalhadores e dos povos registou grandes sucessos em todos os continentes. Operaram-se também reveses. Mas a luta dos comunistas chilenos e do povo do Chile e a luta dos outros povos da América Latina e de outros continentes sujeitos a ditaduras fascistas e reaccionárias constituem elementos que permitem encarar com confiança o futuro.

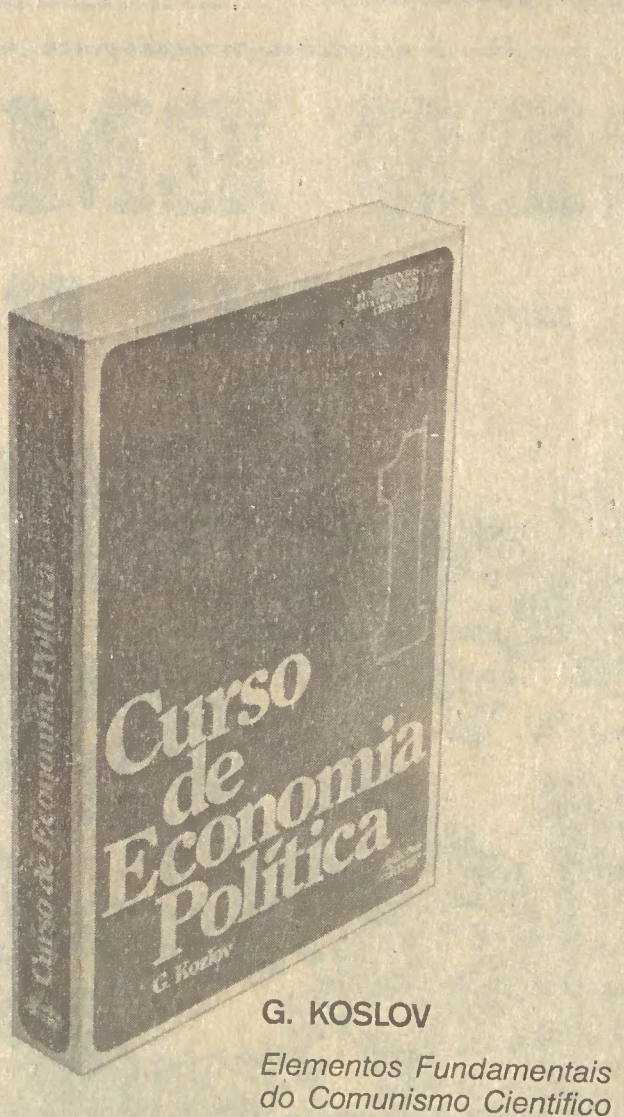
«É fundamentalmente para impedir o avanço do processo revolucionário mundial que o imperialismo e em primeiro lugar o imperialismo norte-americano desencadeia uma perigosa contra-ofensiva contra as forças do progresso, da paz e do socialismo.

«Para os comunistas portugueses esta política belicista e aventureirista do imperialismo pode ser derrotada. Para o efeito os comunistas portugueses consideram de capital importância o reforço da unidade e coesão do movimento comunista e operário internacional e o reforço da solidariedade e cooperação recíproca entre as grandes forças revolucionárias da nossa época: a URSS e os países socialistas, os países progressistas, a classe operária dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional».

E a saudação conclui:

«Na passagem do 60.º Aniversário do vosso partido, o PCP reafirma a sua vontade de continuar a agir para reforçar os múltiplos laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o Partido Comunista do Chile na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse dos dois povos e da causa da paz e do socialismo».

Curso de Economia Política



O estudo sistemático de todos os fenómenos da Economia Política, desde os modos de produção pré-capitalista até à análise do agravamento das contradições sociais nos países imperialistas na etapa contemporânea.

Uma obra notável e indispensável feita por uma equipa de especialistas sob a direcção de G. Koslov, membro correspondente da Academia das Ciências da U.R.S.S.

UMA GRANDE INICIATIVA DAS
edições
Avante!

OBRAS ESCOLHIDAS DE V.I. LÉNINE

O ESSENCIAL DA OBRA DE LÉNINE NUMA TRADUÇÃO RIGOROSA

edições
Avante!

VENDAS NAS FEIRAS DO LIVRO, DE LISBOA STAND N 80, NO PORTO STAND N 33

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — 1000 Lisboa Tel. 76944/76951.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 693098.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63 A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impresso na Heskia Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tipagem média do mês de Dezembro 54 180

Assembleia da República

Objecção de consciência admitida na Assembleia

Poucos dias depois da sua intervenção televisiva em que procurou assustar os portugueses no papel de presidente do CDS, Freitas do Amaral, desta vez como ministro da Defesa, foi à primeira reunião plenária deste ano da AR para, em voz melíflua e conciliante, pedir a este órgão de soberania que aprovasse a proposta de lei do Governo sobre o Estatuto de Objectivo de Consciência, matéria sobre a qual outros três projectos existiam, apresentados pelo PS, pela ASDI e pela UEDS.

Não foi sem crítica o facto de o Governo, apoiado como sempre numa maioria sem iniciativa, vir apresentar uma proposta de lei sobre matéria já contemplada por três projectos, que a oposição decidiria aprovar todos os diplomas na generalidade. No fim de contas pouco diferiam no essencial. E na discussão em especialidade, possibilidades se abrirão de limar arestas. Por isso, com a abstenção sistemática da UDP, a votação fez-se sempre por maioria, registando-se ainda a abstenção do MDP quanto à proposta do Governo e a um dos três projectos apresentados.

Apesar do tom conciliador de que falámos, Freitas do Amaral, que sabia de antemão o destino da sua proposta, não deixou perder a oportunidade de falar mais uma vez, com a televisão a filmá-lo, sem desferir o seu ataque à União Soviética. Pareceria a despropósito ou poder-se-ia concluir de qualquer coisa de pessoal o move contra o país dos soviéticos. Mas não. Trata-se de uma questão política; de continuar a dar, em Portugal, o recado de Reagan. Assim, o ministro Freitas fez questão de sublinhar que, embora o direito à objecção de consciência fosse reconhecido na URSS em 1919, tal direito seria abolido em 1939. Dos dias de hoje não falou. Nem sublinhou que em 1939 a URSS se preparava para resistir ao invasor nazi que ceifaria a vida a milhões de soviéticos. A essas memórias a consciência de Freitas do Amaral objecta.

O tom conciliatório era, pois, dirigido àquelas banca-

das da "oposição" com as quais pretende vir a ter melhores relações. Era sintomático, aliás, que tais relações, certamente a pensar na revisão constitucional, não vão más. Pois não vimos Borges de Carvalho, do PPM, e Sousa Tavares, do PSD, "reunirem" nas bancadas do PS durante boa parte da tarde de terça-feira?

Lino Lima, do PCP, não deixou, porém, na intervenção que proferiu, de lembrar a todos que o Estatuto de Objectivo de Consciência dá solução a um problema que só o 25 de Abril veio permitir que se tratasse e que é a Constituição que consagra tal direito, referindo expressamente que os objectores de consciência prestarão serviço militar não armado ou serviço cívico adequado à sua situação.

O que os agrários querem impor

Apesar da importância dos diplomas aprovados na generalidade, não se estará longe da razão ao afirmar-se que o mais interessante da sessão de anteontem se passou no período de antes da Ordem do Dia. Foi durante esse período que ouvimos a declaração política do PCP, feita pelo camarada Jerónimo de Sousa e à qual fazemos referência noutra local. Foi também nessa altura que, à falta de argumentos, ouvimos as bancadas da 'AD' "responder" "Polónia", às acusações de o deputado comunista dirigiu ao Governo.

Foi também nesse período que o camarada Alvaro Brasileiro teve oportunidade

de denunciar as manobras dos agrários do distrito de Santarém, que procuram, impor aos trabalhadores agrícolas do distrito e do concelho da Azambuja uma grave injustiça social.

Pretendem os agrários a divisão do distrito em duas zonas, propondo ainda o mesmo tipo de divisão para o concelho da Azambuja.

"No que se refere a salários", afirmou Alvaro Brasileiro, "a proposta patronal não avança dos 18% para a chamada zona 'A' e defende que para a zona 'B' se apliquem os salários estipulados no actual CCT, alterando apenas o trabalhador de nível 'b' para o salário mínimo nacional".

O deputado comunista revelou que tal proposta foi avançada pelo patronato no decorrer das negociações para a revisão do CCT para os trabalhadores agrícolas do distrito de Santarém e fora cozinhada numa "Assembleia Geral de Agrários".

"Saliente-se que a proposta de duas zonas" disse ainda Alvaro Brasileiro, "foi apresentada pela Comissão Patronal na primeira reunião, mas ante a discordância dos Sindicatos, as negociações prosseguiram, tendo a proposta patronal de aumento de 18 por cento sido formulada sem qualquer designação de 'zonas', conforme consta de acta assinada pelas duas partes, mantendo a Comissão Sindical Negociadora a sua proposta de 23 por cento."

"A grave injustiça social confirma-se, assim, pela má fé bem patente de conduzir as negociações a um ponto que, a seguir, se pretende ignorar."

"A rejeição dos Sindicatos face às intenções patronais está no facto de que em quase todas as terras a que se atribui a 'catástrofe produtiva', os pequenos e médios agricultores e até alguns agrários pagarem jornadas muito acima das apontadas pelos grandes agrários."

Ainda no período de antes

da Ordem do Dia foram apresentados pelo PCP vários votos: dois diziam respeito às catástrofes naturais ocorridas recentemente e o outro protestava contra as medidas recentemente anunciadas pelo Ministro dos Assuntos Sociais "claramente atentatórias da Constituição e da Lei do Serviço Nacional de Saúde, que têm como objectivo destruir o direito gratuito de todos os portugueses". O voto exigia ainda o cumprimento da Constituição e do SNS e pronuncia-se contra a decisão governamental de obrigatoriedade de pagamento de uma taxa de 25 escudos por receita médica.

Foi ainda votado, por unanimidade, um voto apresentado no passado mês, pela UDP, protestando contra a anexação dos Montes Golan por Israel.

Nas declarações de voto foi nítido que os partidos da 'AD' tinham apreciado favoravelmente a iniciativa por que os Estados Unidos também se viram compelidos, perante a opinião pública mundial, a repudiarem a agressão. Os deputados da 'AD' distanciaram-se o mais possível das considerações expressas pelo deputado proponente do voto.

Quanto ao PCP, Jorge Lemos consideraria a decisão do parlamento israelita "mais uma provocação do regime sionista contra os povos árabes em particular contra a República da Síria e surge como factor desestabilizador e ameaçador da paz em toda a região do Médio Oriente."

"Está claro" — afirmou Jorge Lemos — "que sem o apoio do imperialismo norte-americano, os sionistas de Israel não poderiam levar a cabo no Médio Oriente a sua política constante de agressão e terror contra os povos árabes, de que se destaca o recente bombardeamento, por Israel, do reactor iraquiano em Bagdad e agora a decisão de anexação dos Montes Golan."



Revisão Constitucional

A Constituição deve continuar a garantir o 25 de Abril

Iniciado formalmente em Julho do ano passado; o processo de revisão constitucional é em si mesmo perfeitamente normal e democrático. A própria Constituição o prevê e estabelece os limites formais e materiais em que a revisão haveria de acontecer. As atitudes e intenções com que esta questão é abordada é que são diversas consoante as forças políticas e sociais. Representando os interesses populares, o querer e o sentir da classe operária e dos trabalhadores portugueses, o PCP — que, ao contrário do que diz a direita, não está contra a revisão — apresentou um projecto de revisão próprio, que se opõe inequivocamente aos dos partidos reacçãoários e difere em pontos fundamentais dos que outros partidos democráticos apresentaram.

Nem podia ser de outro modo. E embora os comunistas tenham afirmado e afirmem que a Constituição, na sua globalidade, continua a corresponder aos interesses dos portugueses — especialmente dos trabalhadores que nela têm visto a garantia legal das suas conquistas — não recusaram a sua contribuição para melhorar e actualizar o diploma, procurando que o essencial das disposições constitucionais seja preservado.

Defender e melhorar

O contributo dos comunistas para a revisão constitucional é assim composto por duas partes fundamentais. Lutam por que a revisão se faça dentro dos parâmetros da legalidade, em defesa dos seus princípios fundamentais, contra os que a tentam subverter, contra os acordos que põem em perigo o próprio regime; apresentam, por outro lado, uma projecto de revisão contendo apenas as propostas de alteração que consideram necessárias, rejeitando a ideia de uma revisão global, aliás, constitucionalmente vedada, que reitasse o texto.

O objectivo do projecto do PCP é apenas o de corrigir situações que se manifestaram, ao longo dos anos, deficiências, de colmatar lacunas, de eliminar o que, por caduco, já não serve.

Apesar de não adiantar alterações concretas para os pontos mais delicados da revisão — e que de há tempos a esta parte

estão no centro das atenções por se estarem a desenharem perigosamente já previstos no início do processo e resultantes dos pontos de contacto entre projectos que visam transformar a Constituição, o PCP não deixa de tomar, quanto a estes aspectos, uma posição firme.

Falamos, claro, dos projectos 'AD' e PS (este acordado no âmbito dos partidos que compunham a FRS). Ambos atribuíam ao Governo a competência de nomear as chefias militares, retirando tal competência ao Presidente da República. Ambos, cada um a seu modo, ao proporem a extinção do Conselho da Revolução, adiantavam que as competências actuais deste órgão de soberania passassem para órgãos que são controlados pela 'AD'. Finalmente, tanto a 'AD' como o PS propunham que o Governo passasse apenas a ser responsável perante a AR e já não perante o Presidente da República.

O PCP tem, quanto a estas questões, posições inequívocas. Não tendo tomado a iniciativa de propor a extinção do Conselho da Revolução, por considerar que no essencial não se alteraram as condições que justificaram a institucionalização daquele órgão, de carácter transitório, sublinhou, porém, que se oporá a uma solução que altere substancialmente o actual equilíbrio entre os órgãos de soberania e que vise conduzir à governamentalização das forças armadas.

No que respeita ao Presidente da República, o PCP avança

propostas que visam «editar preceitos que constitucionalizam expressamente poderes já detidos pelo PR». No que toca às diversas funções que actualmente o CR detém, o PCP será favorável — no caso de extinção — à criação de vários órgãos: um, presidido pelo PR, que inclua o CEMGA e os CEM's, entre outros elementos, e que desempenhe as funções de regulamentação e administração das FA's; as funções de órgão de consulta do PR deverão passar para um órgão que não venha servir de fiscalizador mas efectivamente de consulta e de cooperação, cuja acção se não traduza em fomentar a hostilização e o afrontamento entre órgãos de soberania; quanto ao controlo da constitucionalidade, o PCP defende que uma nova instância a substituir o CR «se não traduza num enfraquecimento ou até numa reversão do controlo da constitucionalidade», o que sucederia se a composição desse órgão não desse garantias de respeito a Constituição.

Reforçar direitos

Reforçar garantias e direitos fundamentais, nomeadamente os dos trabalhadores, é outra das ideias fundamentais do projecto do PCP.

As propostas comunistas, no âmbito dos direitos fundamentais visam estabelecer os princípios da não retroactividade, da necessidade e da proporcionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais; limitar a discricionariedade legislativa na imposição de deveres aos cidadãos; reforçar as garantias de direito e processo criminal, corrigindo preceitos e acrescentando novos direitos e novas garantias, como o direito à indemnização de danos por prisão ilegal e o direito a ser julgado no mais curto prazo.

Nesta matéria, as propostas de alteração do PCP visam também aprofundar as garantias de liberdade de imprensa em geral e de independência e pluralismo dos meios de comunicação social públicos,

em particular, designadamente a constitucionalizando os direitos dos jornalistas, bem como o do Conselho de Imprensa, explicitando o dever do Estado de impedir a concentração das empresas jornalísticas e exigindo uma maioria qualificada de apoio à designação dos responsáveis pelos órgãos de comunicação do sector público.

O PCP adianta ainda no seu projecto alterações que visam acautelar a liberdade religiosa num seu aspecto importante; definir mais rigorosamente o direito de antena e consagrar um direito de espaço nos jornais; aumentar a dimensão do direito de petição popular; alargar e reforçar as garantias dos cidadãos em matéria de recurso contencioso dos actos administrativos e consagrar o princípio geral do concurso público no recrutamento dos trabalhadores para a função pública.

Os direitos económicos, sociais e culturais mereceram também, no projecto de revisão do PCP, atenção especial, assinando um significativo reforço dos direitos dos trabalhadores — melhor explicitação do direito de não despedimento sem justa causa; consagração do princípio da diminuição progressiva da duração semanal do trabalho; constitucionalização da protecção específica dos representantes dos trabalhadores.

São apenas alguns exemplos, retirados de um projecto sério, equilibrado, que o PCP apresentou. Contribuição dos comunistas para um debate cujo interesse extravasou da sala onde se reúne a comissão eventual para a revisão constitucional. Debate que alastra pelo país, contra a vontade dos que, empenhados em secretos acordos, gostariam de subverter o regime democrático em silêncio.

E esclarecidos pela própria luta em defesa da Constituição, os trabalhadores e os democratas, que consideram a Lei Fundamental como barreira contra a restauração do poder dos capitalistas e dos latifundiários, quem melhoraria, sim, mas lutarão para que se não escreva uma outra contra o 25 de Abril.

Governo entra à bruta em 1982 e Balsemão faz esqui...

Apesar da impressionante campanha de intoxicação e manipulação da opinião através dos órgãos da comunicação social estatizados; mesmo com a demagogia, a hipocrisia e a falsificação dos ministros da «AD» que em rajada transformaram nos últimos dias a rádio e a TV em autênticos megafones governamentais, já não é possível esconder a realidade aos trabalhadores e ao povo português — afirmou o camarada Jerónimo de Sousa, na declaração política que proferiu anteontem na Assembleia da República.

O Governo «AD» entrou à bruta no ano de 1982. As sequelas da sua desastrosa política e do seu OGE começam a tornar-se tão evidentes que basta ir às fábricas e às empresas, andar nos transportes públicos e ir às compras ao mercado para verificar o profundo descontentamento popular, a redução da base social de apoio da «AD» e a certeza de que este Governo e esta política têm os dias contados. Aproveitando a maré da quadra natalícia, julgando que os trabalhadores estavam amolecidos ou pelo menos ilusoriamente mais folgados economicamente com o recebimento do 13.º mês, a equipa de Balsemão e Freitas do Amaral nem esperaram pelo fim do ano para começar a aplicar as gravosas medidas anunciadas durante a discussão e aprovação do OGE.

E o deputado comunista lembraria algumas dessas medidas:

Aí estão os aumentos dos combustíveis e da electricidade que levarão por arrasto ao aumento dos produtos químicos e da alimentação. Aí estão os aumentos brutais dos transportes públicos, dos passes sociais e da portagem da auto-estrada Lisboa-Vila Franca de Xira. Aí está o levar à prática a célebre frase da «AD»: «quem quer saúde paga-a», com os utentes a pagarem 600 escudos diários por internamento num hospital central, o pagamento das consultas, urgências, radiografias e análises, a criação de um novo imposto por cada receita passada pelo médico e o aumento dos medicamentos. É preciso não ter vergonha, vir o ministro dos Assuntos Sociais para a televisão dizer que não há dinheiro para a saúde, ao mesmo tempo que a «AD» recusava, aqui na Assembleia, durante a discussão do OGE, uma proposta do PCP para congelar os milhões de contos que o Governo vai dar de indemnização aos grandes capitalistas e agrários, e que poderiam reverter a favor da saúde

dos portugueses e das portuguesas.

Mas para a «AD» isto é apenas o princípio — continuou Jerónimo de Sousa. — Seguir-se-á o aumento dos preços no gás, na água, nos adubos e noutros factores de produção. O Povo português perceberá melhor agora por que é que em Março do ano passado o Governo «AD» reduziu o cabaz de compras a 4 produtos — leite, pão, açúcar e arroz — e agora, com a aprovação do OGE, reduziu de 44,6 para 30,9 milhões de contos os subsídios saídos do fundo de abastecimento para beneficiar esses quatro magros produtos alimentares essenciais.

Talvez a melhor prova denunciadora da demagogia e da hipocrisia deste Governo, quando vem à televisão ameaçar os trabalhadores ao mesmo tempo que apela à austeridade e aos sacrifícios do Povo português, é o gesto significativo do Primeiro-Ministro que, depois da discursata do fim do ano, abandonando Portugal e vai gozar umas faustosas e divertidas férias no estrangeiro. Isto enquanto milhares de portugueses que vivem ainda nos bairros da lata e nas «ilhas» — estes alguns dos quais a quem a «AD» exige austeridade — conheciam a violência da intemperie; com dezenas de famílias enlutadas pelas tragédias da Arosa, de Coruche e no Rio Tejo; com centenas de famílias a perderem os seus lares e os seus haveres sem outro auxílio que não fosse o das autarquias locais, recém-esbulhadas pelo Governo em mais de 45 milhões de contos.

Outro exemplo acabado da política desastrosa e canhestra deste Governo e do seu mais alto responsável, é o facto de o OGE ter sido discutido, votado e aprovado com o encurtamento de todos os prazos legais; se ter obrigado esta Assembleia a trabalhar até às 8 da manhã do dia 19 de Dezembro para depois ficar por assinar pelo Primeiro-Ministro — em férias e a praticar esqui — até ao dia 3 ou 4 de Janeiro!...

Eis as razões por que hoje apresentamos um voto de pesar e de protesto para que a Assembleia se pronuncie claramente sobre estas questões e contribua para que sejam adoptadas medidas directas de apoio aos que perderam haveres seus durante a recente intemperie, e de reforço da capacidade de intervenção das autarquias locais das zonas mais atingidas pela calamidade pública de acordo com o que determina a Lei das Finanças Locais (...)

O cortejo dos renegados

Nos que viraram as costas à Revolução e ao Partido há uns que mantêm uma certa dignidade. Optaram por outro caminho — o que seguiam não era o seu.

Mas há outros que caíram nos fundos da degradação moral.

Nas horas de ponta da contra-revolução ou da ofensiva ideológica do imperialismo eis que o pobre cortejo se põe em marcha. São mais fúteis políticos que ruínas físicas.

Uns inspiram asco, outros dó.

Alguns é vé-lo de pena em riste como navalha afiada

da contra os seus companheiros de ontem; outros vomitam palavras anticomunistas com truanescas vozes de tribunos de quinquilharia; outros ainda murmuram exorcismos que só os próprios ouvidos ouvem.

Algumas vezes não o fazem pelo peso do dinheiro mas pelo peso do ódio. São os renegados...

Deixai-os passar, são os "gatos pingados" do funeral de classe de um moribundo que já tem os olhos na tumba — o carcomido sistema de exploração capitalista. Deixai-os passar...

Nacional

Nota do PCP à culpa da RTP

1 Em resposta à carta (em anexo) enviada pelo PCP ao Conselho de Gerência da RTP visando obter condições para uma resposta às acusações e calúnias constantes da declaração do dr. Mário Soares transmitida pelo Telegiornal de 26.12.81, aquele Conselho de Gerência, em carta hoje recebida, (em anexo) comunica que «não pode apreciar a reclamação formulada» por «não ter sido respeitado o estipulado no art.º 24.º da Lei da Televisão».

2 Tendo presente o conteúdo e os termos da carta do PCP, torna-se por demais evidente que, com tal resposta capiciosa, o Conselho de Gerência da RTP finge não ter percebido o que o PCP efectivamente reclamou.

Com efeito, o PCP requereu de liberdade, não o exercício do «direito de resposta» consagrado na Lei da Televisão, mas sim que a RTP, na base dos mesmos critérios que a levaram a ouvir extensamente o dr. Mário Soares, ouvisse, em condições similares, um dirigente do PCP para efeitos de esclarecimento da opinião pública, em relação às acusações formuladas pelo Secretário-Geral do PS.

3 Este objectivo — essencial para corrigir e atenuar a

parcialidade da informação da RTP — não poderia de forma alguma ser assegurado por via do exercício do «direito de resposta» tipificado na Lei da Televisão, não só pelo carácter moroso das respectivas formalidades burocráticas (carta registada com aviso de recepção, assinatura reconhecida) como ainda pelas limitações impostas ao conteúdo e extensão da resposta (com palavras de texto — cerca de 8 linhas — a ser lido por locutor da RTP).

4 A resposta do Conselho de Gerência da RTP pôr totalmente a claro uma escandalosa duplicidade de critérios. Por um lado, verifica-se que, em relação a críticas feitas num comício do PCP à orientação política do dr. Mário Soares, a RTP, longe de esperar que este requeresse «nos termos legais» o exercício do «direito de resposta», acorreu velozmente a gravar e transmitir uma declaração do Secretário-Geral do PS com a duração de 6 minutos.

Por outro lado, em relação às acusações dirigidas através da própria Televisão por Mário Soares ao PCP, a RTP nega-se a tomar a iniciativa de ouvir o PCP e refugia-se no artifício da exigência de um pedido do PCP nos termos do «direito de resposta».

5 Não é esta a primeira vez que a RTP/AD mostra o seu empenho em favorecer o dr. Mário Soares e o PS, nem é esta a primeira vez que a RTP/AD se empenha em discriminar legal e provocatoriamente o PCP.

Reafirmando a disposição do PCP de continuar a bater-se pela reposição da legalidade na RTP, pondo fim a práticas arbitrárias, prepotentes, discriminatórias e ofensivas do pluralismo,

«Calúnias imbecis»

Na passada segunda-feira, a Secção de Informação e Propaganda do PCP divulgou o seguinte esclarecimento:

«Face à divulgação por vários órgãos de informação de notícias em que, de forma desproporcionada, mas não inocente, se procura envolver o PCP num alegado transporte de armas para a Frente Polisário, a SIP do PCP considera suficiente observar o seguinte:

«1. É manifestamente falsa qualquer relação do PCP com o assunto em questão.

«2. Nem mesmo qualquer eventual falta de assunto derivada dos últimos dias festivos justifica que órgãos de informação nacionais se tenham prestado a dar pronta divulgação às elocubrações fantasiosas e às calúnias imbecis lançadas por uma agência marroquina que, para maior espanto, citava ela própria, ao que parece, "informações recolhidas na imprensa portuguesa"».

Uma opinião sobre o Governo

«Com dias depois da posse do Governo que benefícios directos teve de facto o povo português? Onde está o crescimento? Onde estão as grandes medidas de fundo?» — Interroga Nuno Rocha, angustiado, no seu último editorial do ano. O próprio director do semanário reacçãoário «Tempo» responde de forma clara às perguntas por ele formuladas: «O balanço dos cem dias pode parecer favorável a quem se encarrega de o fazer por conta própria (o português, como sempre, é arrewezado, mas percebe-se a ideia), mas a verdade é que a opinião pública o considera desfavorável. As grandes reformas não se verificaram».

Não sabemos a que «reformas» se refere Nuno Rocha. De qualquer modo, o facto de apreciações destas viem de quem vem, dispensa comentários. Quando é um acérrimo defensor da AD que se vê obrigado a dizer tais coisas, as conclusões sobre a governação da direita parecem simples de tirar.

Ao menos uma vez, pois, demos o nosso aplauso a Nuno Rocha quando ele escreve: «O actual Governo da Aliança Democrática nada deu ainda de importante ao povo português — é preciso reconhecer com humildade. As reformas previstas não se verificaram e não tem havido uma direcção hábil capaz de inverter a situação de crise em que temos vivido».

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS

de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO EM PORTUGAL

edições Avante!

31DEZ1981

O CONSELHO DE GERÊNCIA

edições Avante!

PROGRAMA e ESTATUTOS do PCP

As propostas e estrutura de um grande partido de massas

Trabalhadores

Preços sem crédito

• Comerciantes falam de situação «desesperante»

A CGTP-IN, considerando os recentes aumentos de preços «uma pequena amostra» do que aí pode vir se este Governo continuar, salienta num comunicado do seu departamento de informação que a decisão de aumentar os preços dos combustíveis «determinará a curto prazo subidas em cadeia no preços de muitos outros produtos e serviços essenciais». Esse efeito de bola de neve é conhecido. A Central refere-o pelo que mais uma vez revela sobre a política antipopular do Governo AD». Lembrando as lutas do ano findo contra o Governo AD e contra a sua política, a CGTP-IN faz um apelo «aos trabalhadores e outras camadas desfavorecidas da população para que intensifiquem a luta com o objectivo de substituírem rapidamente este Governo antinacional» por um outro que «defenda os interesses dos trabalhadores e do País».

Por outro lado, aludindo à situação «desesperante» que atinge milhares de em-

presas de todos os ramos, sobretudo médias e pequenas unidades, «impossibilitadas de darem um contributo mais válido para o relançamento económico de Portugal», o Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais (MPMCI) lança um abaixo-assinado que circula por todo o País. No documento que, em Lisboa, pode ser assinado na Rua António Maria Cardoso, n.º 15, 1.º C, protesta-se junto do Governo principalmente contra as restrições ao crédito.

Os signatários mostram-se muito apreensivos «pelas crescentes dificuldades sentidas nas suas actividades económicas».

Segundo o abaixo-assinado, se o Governo não tomar medidas urgentes, de «verdadeira salvação nacional», a falência para milhares de pequenas e médias empresas é «mais do que uma ameaça», é já «uma irreversível certeza».

Advertindo, por seu turno, a população para a gravidade do momento que se vive, os médios e pequenos comerciantes e industriais protestam contra as «dificuldades criadas no acesso ao crédito bancário com o últi-

mo aumento das taxas de juro, com os cortes recentemente anunciados e outros que se adivinham, com a prática cada vez mais restritiva da Banca».

O MPMCI caracteriza toda essa situação, de que se limita a referir alguns pontos mais salientes, como dificultando e tendendo a dificultar ainda mais «os investimentos e a urgente necessidade de expansão das vendas».

Naturalmente, não são os

aumentos de preços em cadeia que vêm facilitar as coisas por esse lado, nem por lado nenhum relativamente a quem trabalha, claro está.

A CGTP-IN lembra, pelo seu lado, que esses «aumentos e muitos outros já anunciados pelo Governo constituem um ataque brutal às já difíceis condições de vida dos trabalhadores, dos reformados, desempregados» e outras camadas desfavorecidas da população.

Uma amostra dos aumentos

Depois das eleições de Outubro de 1980 é a 3.ª vez que os transportes são aumentados.

Em pouco mais de um ano:

• Os bilhetes simples de Metro passaram de 10 escudos para 17 escudos e 50 centavos (17%);

• Os bilhetes pré-comprados «voaram» de 6,2 escudos para 12 escudos (92%);

• Na Carris, os bilhetes que há um ano custavam 5 escudos custam agora 10 (100%);

• Os de 15 subiram para 20 escudos (100%);

• Os de 15 passaram para 30 (100%);

• Os passes de 420 escudos custam hoje 655 escudos;

• Os de 550 subiram para 860 escudos.

(Nestes três tipos de passes os aumentos oscilam entre os 55,9 e: os 57,6 por cento);

• Os de 780 passaram para 1320 escudos.

Aumentos inoportunos afectam ainda os passes para a terceira idade.

Aumentos na CP, no período de um ano, são da ordem dos 90 por cento, na Transtejo a mesma coisa e na Rodoviária andam à volta dos 100 por cento.

Isto em Lisboa. No Porto, o bilhete de zona passou para 10 escudos (autocarro e trolei). Duas zonas custam agora 20 es-



Comer — decreta o Governo — é um mal para a saúde

cudos; o mesmo até quatro e a partir de cinco ou mais, 27,5 escudos.

No eléctrico, 10 escudos por uma zona e 20 escudos por duas zonas.

Cadenetas de 20 bilhetes pré-comprados custam agora 397,5 escudos.

A CGTP-IN, ao protestar contra esses aumentos devastadores do já baixíssimo poder de compra e nível de vida das massas trabalhadoras, assinala que não se pode culpar os aumentos de salários pelos preços dos transportes, já que os trabalhadores daquelas empresas (Metro, Carris, CP, nomeadamente) não tiveram qualquer subida nos seus salários durante o último ano.

Depois de referir que os últimos aumentos surgem numa altura em que «o preço do petróleo no mercado internacional não aumentou, tendo mesmo registado uma certa baixa», a CGTP-IN acrescenta que «durante os Governos AD, ou seja no período compreendido entre Janeiro de 1980 e Dezembro de 1981, a gasolina super aumentou 28 por cento, enquanto o gasóleo (combustível fundamental para a agricultura, para a pesca, a indústria e os transportes) subiu 60 por cento, e o fuel-ol, essencial também para a indústria, aumentou 80 por cento».

Primeiro despedir

Primeiro despedir, depois legislar calha bem, como divisa da ordem repressiva à política e ao Governo AD. Enquanto este avança com a proposta de lei 70/II, a sua clientela da CIP, ultimamente nos têxteis de Guimarães e em muitos outros sectores e empresas, ao mesmo tempo que restringe por sua conta as liberdades constitucionais, vai suspendendo, despedindo e movendo processos à conta da «liberalização» que para breve espera do seu Governo AD.

Na ofensiva do Governo AD contra direitos, liberdades, interesses e garantias constitucionais dos trabalhadores destaca-se a tentativa de liberalização dos despedimentos através da proposta de lei 70/II já apresen-

formar todos os trabalhadores em contratados a prazo e como a liberalização efectiva dos despedimentos.

Dai naturalmente os apelos à discussão efectiva e pública da proposta de lei por parte dos pri-

de pareceres que os respectivos sindicatos e outras associações sindicais farão chegar à Assembleia da República recusando uma «lei» inconstitucional, que a política AD pretende pôr nas mãos do grande patronato, incluída num chamado «pacote laboral» onde passaria pelo crivo da «revisão AD» praticamente tudo o que ainda é favorável aos trabalhadores na legislação actual.

A ofensiva AD, não se limita, na verdade, aos despedimentos e aos contratos a prazo. Pretende atingir, como se sabe, a contratação colectiva, o regimes de férias, feriados e faltas, e impor, ainda que indirectamente, um tecto salarial, acabando na prática com as negociações directas como há muito tenta, aliás, fazer com o sector da Função Pública.

Ligada ao Orçamento Geral do Estado recentemente aprovado na Assembleia da República, à revisão da Lei Fundamental do País e, na generalidade, a toda a política AD de confrontação permanente com os trabalhadores e as suas organizações de classe, a proposta de lei 70/II e o resto do «pacote laboral» que se anuncia continuam a merecer dos trabalhadores e dos seus órgãos representativos a atenção adequada.

A Assembleia da República, de acordo com a legislação que manda ouvir os trabalhadores sobre os projectos ou propostas de diplomas que lhes digam directamente respeito, vai ficar de novo ciente de que a maioria indesejável das massas trabalhadoras em Portugal não quer leis anticonstitucionais, não quer que a Constituição seja «revisada» para destruir os seus fundamentos, e rejeita qualquer vontade manifestada ou intenção, de reduzir ao silêncio os seus representantes eleitos e legítimos no movimento sindical e em todo o movimento democrático e popular.

Fraude e demagogia

— a imagem do Governo por via da saúde na RTP

«A palestra televisiva do ministro dos Assuntos Sociais no dia 30 de Dezembro reflectiu bem a imagem do Governo a que pertence: uma fraude com demagogia a rodos, ministrada com uma arrogância do «quero, posso e mando» à mistura com uma ignorância (propositada?) das condições sociais e de vida da maioria da população portuguesa», afirma a União dos Sindicatos do Porto num comunicado. Salientando que «o Governo AD quer impedir os portugueses de estarem doentes», utilizando para isso preços proibitivos no acesso aos hospitais, a USP acrescenta que «o ministro dos Assuntos Sociais, para justificar o agravamento dos preços da saúde impostos pelo seu Governo AD, tentou através da televisão enganar o povo português».

Depois de sublinhar que «fazer comparações estatísticas com realidades e países bem diferentes do nosso é um absurdo, é má-fé, é tentar atirar areia aos olhos dos trabalhadores e do povo», aquela organização sindical intermedia da CGTP-IN acrescenta:

«Quando o sr. ministro se refere ao abuso (uso) dos serviços de urgência dos hospitais, esquece-se que as visitas domiciliárias do médico da Caixa não correspondem ao seu carácter de urgência, demorando por vezes dias, e que uma consulta de médico privado (particular) à residência fica à volta de mil escudos, para além do inconveniente de se ter de suportar depois o custo imediato dos medicamentos».



A saúde «AD» paga-se hoje muito cara, mesmo no Hospital (de São José, em Lisboa, na foto)

Conto do vigário

A União dos Sindicatos do Porto que, há dias, repudiou «vivamente os novos aumentos dos transportes» afirmando-se na disposição «de desenvolver todas as formas de luta ao seu alcance», referindo-se ainda à palestra ministerial de 30 de Dezembro sobre a «saúde» e às comparações abusivas com situações estrangeiras, salienta que «é ludibrio o povo português comparar índices de ocupação hospitalar e de baixas por doença e não comparar, referir ou analisar as diferenças abissais no campo dos salários, da alimentação, do ensino, da habitação, do desenvolvimento desportivo e cultural, da ocupação dos tempos livres e as próprias estruturas e serviços no campo da saúde e da segurança social».

Lembrando a necessidade de

mudar de Governo e de política, a USP, confiante na luta dos trabalhadores e do seu movimento sindical unitário, salienta ainda que, nesses últimos campos da saúde e da segurança social, «a situação se deteriora e não há melhoria dos serviços, apesar do agravamento dos preços em Março de 1981 por parte da AD e do seu Governo terem como justificação essa melhoria», afinal, «mais uma promessa que não foi cumprida. Mas o discurso do ministro dos Assuntos Sociais, embora signifique um recuo não anunciou um retrocesso nas intenções do Governo. Antes confirmou — frisa a USP — um agravamento sensível de todos os serviços na área da saúde».

A própria Ordem dos Médicos se manifestou ultimamente contra medidas governamentais nessa área.

Bom Ano com luta e confiança

Na sua saudação de fim de ano aos trabalhadores, o secretariado nacional da CGTP-IN prevê para 1982 a necessidade de lutar ainda mais, pois «as forças reacçãoárias — acrescenta — não desistiram de continuar a atacar os direitos e conquistas dos trabalhadores e de tentar obter, através da revisão da Constituição, os meios que lhes permitam aumentar a exploração do povo e aniquilar o 25 de Abril».

Depois de recordar que o ano findo foi «iniciado sob o reflexo da derrota do candidato da AD à Presidência da República», impedindo-se, nomeadamente, o plano golpista da direita contra a Constituição, o secretariado da Central refere que, embora a AD no Governo tivesse agravado as condições de vida e de trabalho, em 1981, foi possível defender o essencial das conquistas do 25 de Abril.

Os votos de Bom Ano para todos os trabalhadores e suas famílias são acompanhados tanto pelo conhecimento das dificuldades como por «uma enorme confiança no sucesso da nossa luta em defesa da democracia e do progresso de Portugal».

Louças de Sacavém Despedimento «exemplar»

Dia 24, vésperas de Natal, a administração da Fábrica de Louças de Sacavém anunciou o despedimento do dirigente sindical Alberto Vilhena Cavaco.

A data escolhida não pode dever-se ao acaso. Pelos vistos, os gestores pretendem além do mais dar um «exemplo» repressivo e provocador, não apenas aos representantes dos trabalhadores na fábrica, mas às próprias organizações laborais, nomeadamente à organização sindical da empresa.

Ao exigir a anulação rápida e definitiva do despedimento, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares dos Distritos de Lisboa, Santarém e Portalegre repudia a atitude da administração, que pratica «uma política ruinosa e repressiva» provocando «nos trabalhadores sérias apreensões quanto ao futuro dos seus postos de trabalho e subsistência».

Depois de dar alguns exemplos da «política» dos gestores da Fábrica de Louças de Sacavém e de frisar que o dirigente sindical foi despedido ilegalmente, não sendo sequer ouvido quanto às acusações que lhe fazem, o Sindicato maioritário na empresa sublinha que «o despedimento pretendido é antes de mais um ataque às organizações dos trabalhadores, aos seus legítimos interesses e direitos». É «o afastamento disfarçado, mas directo, daqueles que trilham a senda da justiça, opondo-se à política repressiva e ruinosa que a administração quer levar às últimas consequências para, num horizonte mais vasto, se integrar na política retrógrada e fascizante, de conivência e estímulo para com os usos e abusos do patronato, posta em prática pelo Governo AD/Balsemão/Amaral».

O Sindicato considera o despedimento do dirigente sindical «ignóbil e infundado», um «balão de ensaio para o futuro da política repressiva e ruinosa da administração».

No «Jornal de Notícias» Pretextos para despedir

«Reconversão tecnológica, reestruturação, expansão de publicações» são pretextos alegados pela administração do matutino português «Jornal de Notícias» para tentar despedir 39 trabalhadores contratados a prazo.

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Celulose, Fabricação e Transformação de Papel, Gráfica e Imprensa do Norte, em comunicado distribuído na empresa, afirma que é preciso agir contra a ameaça de despedimentos: 13 para já, pretende a administração, e 26 no próximo ano O «Notícias» do Porto, que parece querer antecipar-se à prometida liberalização dos despedimentos preparada pela AD, «não tem o direito de, gratuitamente, fazer engrossar o caudal imenso dos desempregados portugueses», pois, segundo afirma o Sindicato, os trabalhadores agora sob ameaça de despedimento foram admitidos com a promessa de que os contratos a prazo não passariam de mero formalismo. O Sindicato actua junto da administração para evitar os despedimentos.

5 meses sem salários na Florival Godinho

Ameaçados de desemprego, estão há cinco meses sem receber salários os 50 trabalhadores, na maioria mulheres, da Florival Godinho Gameiro & Irmãos.

Segundo um representante do Sindicato dos Corticeiros de Setúbal, a gerência daquela empresa corticeira com sede na Cova da Piedade quer que o pessoal rescinda os contratos.

Apoiados pelo Sindicato, os trabalhadores recusam a proposta de desemprego e mantêm-se nos postos de trabalho. Além dos salários, a empresa deve desde 1976 os subsídios de férias e de Natal.

TAP Continua em perigo a nacionalização

Depois de várias análises e tomadas de posição acerca dos ataques à nacionalização da TAP, a célula do PCP voltou a alertar contra a degradação da empresa sob a orientação AD, no que respeita, desta vez, à aquisição de 5 aviões L-1011 «Tristar» da Lockheed, quando já se sabia que o fabricante ia encerrar essa linha de produção. O secretariado da célula, num comunicado de meados de Dezembro, recorda que criticou repetidamente a «orientação imprimeira à TAP nos últimos anos, incluindo os passados sob a presidência do eng.º Santos Martins». Exigindo «um rigoroso inquérito» sobre os «Tristar», o comunicado denuncia a manobra destinada a «sacudir dos ombros do Governo AD/Balsemão/Freitas do Amaral as responsabilidades pelo estado de degradação a que foi conduzida a empresa». A pretensão de responsabilizar exclusivamente o conselho de gerência e o seu presidente «pelo fiasco da política realizada» «não passa de uma manobra demagógica», acrescenta a célula do PCP. Entretanto, as organizações representativas dos trabalhadores da TAP movimentam-se contra as tentativas governamentais de desmembramento da empresa, principalmente no que respeita à entrega de sectores lucrativos ao grande capital privado e à tentativa de alienação da participação financeira da TAP no capital social da Soteis, proprietária do Hotel Penta, que é só por si da ordem dos 500 mil contos.

Indústria naval Despedimentos e ilegalidades

A redução de postos de trabalho e a venda a entidades privadas de parte do sector nacionalizado, no âmbito da indústria naval, bem como outros actos tendentes à degradação das empresas públicas por parte dos conselhos de gerência, ou de administração, «meros mandaretes nas mãos do Governo», que ainda na véspera do Natal tentaram despedir toda a Comissão de Trabalhadores da Companhia Nacional de Navegação, são atitudes que constituem o «pão-nosso-de-cada-dia» nessas empresas e que mais uma vez foram motivo de um protesto público da Comissão Coordenadora das CTs da Indústria Naval.

A CT da CNN, cujos membros foram «contemplados» na totalidade com cartas de despedimento em 24 de Dezembro, certamente para dar «exemplo» e escândalo, como secedeu na Fábrica de Louças de Sacavém (ver estas colunas), emitiram entretanto um comunicado enquadrando esse acto do conselho de gerência «numa ofensiva geral contra os trabalhadores, os seus direitos e os seus representantes».

A CT da CNN acusa aquele conselho de violação declarada da legislação que protege as organizações de trabalhadores e os seus membros nas empresas, e de se substituir aos próprios tribunais «na apreciação da justa causa e na aplicação de sanções».



Sabotagem dos agrários Milhares de quilos de azeitona estragam-se no distrito de Évora

Em 1980, no distrito de Évora, não foram aproveitados mais de 60 000 Kg de azeitona que dariam cerca de 7000 litros de azeite para o nosso país. Em 1981 esses crimes continuaram. Milhares de quilos de azeitona estão a estragar-se no nosso distrito.

A quem tiver dúvidas, o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Évora mostra-lhe muita dessa azeitona que ainda podia ser aproveitada. Não se percebe — acrescenta o Sindicato num comunicado de 29 de Dezembro findo — como, numa altura em

que sobe constantemente o custo de vida, em que se importa mais de 60 por cento do que comemos, em que se está a verificar falta de azeite e o seu preço é elevadíssimo, se permite que a azeitona e outros bens não sejam aproveitados, salienta ainda o Sindicato de Évora, avisando os agrários que, «se dentro de 3 dias» tiverem «a azeitona por apanhar e não começarem a apanhá-la, o Sindicato irá destacar os desempregados do sector para aproveitar este produto, tão precioso, que dá o nosso azeite, contribuindo assim para salvaguardar a economia do nosso país na parte que nos compete».

Acusando os agrários e capitalistas responsáveis de «sabotagem», sistemática no distrito de Évora, o Sindicato denuncia, desde Janeiro de 1981, «dezenas de casos», desde terras abandonadas, pomares, olivais, instalações, águas que não foram aproveitadas, gados a morrer à fome, etc.

A política que está a ser seguida pelos sucessivos governos AD empurrou milhares de trabalhadores agrícolas para o desemprego, sublinha por outro lado o Sindicato acrescentando que o governador do distrito, ao mesmo tempo que se

nega a receber os representantes dos desempregados, não interveém contra a sabotagem praticada pelos agrários.

O Encontro de Mulheres Operárias Agrícolas do Distrito de Évora, realizado em Montemor-o-Novo em 5 de Dezembro findo, acrescenta o Sindicato, deu «um prazo de 15 dias para que os agrários que estão a fazer sabotagem comecem a apanhar azeitona».

Como esse prazo já passou «e tudo continua na mesma», o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Évora «vé-se na necessidade de modificar a sua intervenção neste assunto».

Até agora o Sindicato tem insistido junto das autoridades distritais que representam o Governo no sentido de resolver os problemas resultantes do desemprego no Alentejo. Sem abandonar essa via, antes mantendo as suas reivindicações legítimas, nomeadamente junto do governador do distrito, o Sindicato reafirmava ao «Avante!» na última segunda-feira a sua disposição de prosseguir com a anunciada forma de luta a iniciar por toda esta semana, mobilizando para o efeito os desempregados do sector, que apanharão a azeitona em todos os locais onde os agrários não começaram a fazê-lo.



Sabotagem e desemprego na terra alentejana

PCP

No próximo domingo

3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Alpiarça

• Participação de Álvaro Cunhal

No próximo domingo, dia 10, a organização de Alpiarça do PCP realiza a sua 3.ª Assembleia Concelhia. Os trabalhos decorrerão no ginásio do Clube Desportivo "Os Águias", e contarão com a presença do camarada Álvaro Cunhal.

A Comissão Concelhia de Alpiarça divulgou, entretanto, uma nota dirigida à população da zona, destacando: «Mais uma vez e, passados três anos da última Assembleia, vão os comunistas analisar e criticar o trabalho desenvolvido durante este período, não esquecendo todos os homens e mulheres sem partido que contribuíram de algum modo com a sua ajuda nas iniciativas do Partido e aos quais começamos por endereçar as nossas calorosas saudações democráticas e convidando-

os desde já a participar no comício de encerramento, onde serão apresentadas as conclusões e o plano de trabalho para os próximos anos».

Noutra passagem do documento, salienta-se: «A 3.ª Assembleia da Organização de Alpiarça do Partido Comunista Português, vai realizar-se numa altura em que são desferidos golpes bastante violentos contra a democracia e contra as conquistas de Abril, pelo Governo "AD"/Balsemão/Freitas.

«Mas estes golpes poderão parar se as forças democráticas e patrióticas não cederem à chantagem e às manobras de direita, não oferecerem o flanco às provocações e aos maneios divisionistas das forças reacionárias.

«É imperioso privilegiarmos o que de fundamental aproxima e une os democratas alpiarcenses e desprezarmos o que de secundário nos pode afastar e dividir.

«Devemos dialogar, convergir e unir não só em palavras mas também em torno de questões, problemas e tarefas concretos e imediatos não só a nível local, como também nacional».

Acreditamos a Comissão Concelhia do PCP:

«A recusa, a irresponsabilidade e a cegueira política podem conduzir à derrota numa batalha para a qual existem singulares condições potenciais para a vitória.

«Que questões, que problemas, que tarefas imediatas se colocam hoje de maneira responsável aos trabalhadores, aos democratas, aos patriotas portugueses?

«A primeira, mais imediata e mais importante tarefa política das forças democráticas no momento actual é a defesa de Abril na Constituição da República.

«A outra tarefa que se coloca aos trabalhadores portugueses, das classes, e camadas médias da po-

pulação no momento actual é pôr fim à política social antipopular do Governo "AD"/Balsemão/Freitas.

«Erguer uma ampla e firme barreira de luta contra a política social da "AD" e do seu Governo Balsemão/Freitas é uma imperiosa exigência que se impõe aos trabalhadores.

«É neste contexto que se vai realizar a nossa 3.ª Assembleia de Organização. Estamos convictos que a correlação de forças é favorável à democracia e ao 25 de Abril, mas para que esta força potencial se transforme em força efectiva é imperioso unir, organizar e mobilizar todos os alpiarcenses contra os intentos da reacção».

Novas iniciativas na campanha para o novo CT do Barreiro

No Barreiro está em marcha uma grande iniciativa do Partido: a angariação dos fundos financeiros necessários para a construção do novo Centro de Trabalho.

Salientou-nos o Executivo da Comissão que está a coordenar a iniciativa: «A Comissão Pró-Novo Centro de Trabalho do Barreiro decidiu dinamizar a campanha lembrando mais uma vez a todos os militantes, amigos, simpatizantes do Partido e outros democratas que a obra não é apenas desta Comissão: tem de haver uma forte participação de todos os camaradas e amigos para podermos levar a cabo o grande sonho dos comunistas e dos trabalhadores, que é o levantamento do novo Centro de Trabalho no Barreiro, pois só assim poderemos reforçar a nossa Organização para combatermos este desgoberno "AD" que tenta aniquilar as liberdades conquistadas após o 25 de Abril».

«Novas iniciativas estão em marcha, tais como:

• «Escamoteio de produtos da Reforma Agrária, ajudando

as UCP's. Vamos trazer aos trabalhadores, a preços mais baixos, os melhores produtos da Reforma Agrária. A partir de Janeiro, junto ao Centro de Trabalho do nosso Partido no Barreiro há surpresas onde tu podes e deves dirigir-te.

• «Vamos promover bancas nos mercados do concelho.

• «Vamos pôr em marcha um «porta-a-porta» e encontros mensais onde se vão comer uns pratos regionais, com muitas surpresas de agrado geral. O próximo já está marcado para o dia 30/1/82».

Em relação ao Diploma Recordação — cujo primeiro sorteio se efectuou na festa de fim-de-ano realizada no «Nicola» — falámos com uma camarada da célula da «Fisipe» que, como exemplo, deve ser realçada. Foram atribuídos a esta célula 165 Diplomas e a camarada sozinha já vendeu mais de 150.

Diz-nos a camarada Rosa Feijão que os vendeu a militantes, simpatizantes e até a não simpatizantes — inclusive a pessoas da «AD». Positivo,

têm de dizer-lhe: «mas eu não sou do Partido Comunista e a senhora vem com uma oferta destas».

«Pois é, isso sei eu», diz-lhes

1.º sorteio do «diploma»

O primeiro sorteio do «diploma-recordação», iniciativa da Comissão Pró-Novo Centro de Trabalho do PCP do Barreiro, apurou os seguintes números:

- 1.º — 98 853 — um aparelho de TV a cores
- 2.º — 58 136 — um frigorífico
- 3.º — 88 160 — um cabaz de Natal
- 4.º — 71 989 — um ferro eléctrico de engomar

O sorteio realizou-se na festa de fim-de-ano realizada no Barreiro e os prémios podem ser levantados no CT da localidade.

Como conseguiu? Conta-nos em primeiro lugar que se dirige às pessoas com verdade, falando do seu Partido. A primeira reacção que algumas pessoas

a nossa camarada, «mas também sei que o senhor é trabalhador e o meu Partido, que devia ser de todos os explorados, foi o único que, com sacrifícios



de vidas, lutou ao longo de 60 anos para que hoje possamos ter liberdades, como tal é um Partido que tem de ser respeitado por todos os trabalhadores».

E lá vai mais um diploma. Quando lhe perguntámos o que ela pensa sobre o novo Centro de Trabalho, diz-nos que é uma necessidade imperiosa. As actuais instalações do Partido no Barreiro já não reúnem condições para dar resposta a uma Organização forte e eficiente. Acrescenta mesmo que é pena não ver a obra com a rapidez desejada, mas pensa, e não recuam nas tarefas a que são chamados, o novo Centro de Trabalho será uma realidade muito breve.

Nós acrescentamos que 1982 será o ano histórico que marcará o importante e decisivo passo nesta grande zona operária com tantas tradições de luta.

No sábado, no CT da Boavista Reunião de quadros do distrito do Porto

• Situação política e eleições autárquicas em foco

A Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP marcou para o próximo sábado dia 9, uma importante reunião de quadros comunistas do distrito, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Situação política e tarefas do Partido; 2. As eleições para as autarquias locais (a realizar já neste ano de 1982).

A reunião que decorrerá no CT da Boavista, tem início previsto para as 10 horas

da manhã, terminando por volta das 19 horas. O intervalo para almoço será entre as 12 e 30 e as 14 e 30.

Estará presente na reunião o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do Partido.

Os militantes que irão participar no encontro estão a ser indicados pelas diversas Comissões Concelhias e pelos organismos de direcção dos sectores de classe profissional. A entrada, deverão entregar a ficha de inscrição

anexa à circular convocatória da reunião.

A sua convocação vem ao encontro da necessidade que se coloca numa justa avaliação dos perigos que o regime democrático corre na complexa situação política e social que o País vive, bem como da necessidade em arrancar desde já com determinação para o intenso trabalho preparatório em torno das eleições para os órgãos do Poder Local, a realizar em fins deste ano.



Milhares de pessoas nas festas de fim de ano promovidas pelo PCP

O convívio fraterno, o espírito combativo, a confiança no futuro, espaços de unidade e camaradagem repletos, com largos milhares de pessoas unidas num mesmo abraço de amizade — talvez este seja o balanço apropriado para as muitas festas que as organizações do PCP realizaram na passagem do ano de 1981 para o novo ano de 1982, em numerosos pontos do País.

Foram festas que na sua grande maioria se prolongaram até ao nascer do Sol e onde não faltou a música alegre, o baile, os peliscos, anífm todos os ingredientes que fazem as boas festas de fim de ano. Conscientes dos problemas que o País atravessa devido à

política reaccionária que insiste na destruição do futuro para o Povo português, embora sentindo no quotidiano o aumento dos preços dos bens essenciais, o desemprego e a cada vez mais degradadas condições de vida, muitos trabalhadores e suas famílias, muitos jovens, muitos democratas de diferentes opções ideológicas, transformaram aquelas festas em grandes jornadas de confraternização popular, como sucedeu, por exemplo, na cidade do Porto, no Pavilhão do Académico (este ano o espaço ainda foi maior), em Colmbra (mais de mil pessoas no Centro Recreativo do Bairro Norton de Matos); em Olinho e Vila Real de Santo António, Aveiro (Escola Secundária), Casabres, Carrasqueira, Torral, Alcácer, Montijo; Baixa da Banheira e Grândola (Cooperativa Militar Ribeiro), Caidas da Rainha, Marinha Grande, Évora (cerca de 1500 pessoas no Pavilhão do Rossio de S. Bráz aplaudiram a magnífica acção do conjunto «Cocktail», de Badajoz), Montemor (mil pessoas), Escoural (300 pessoas), Vendas Novas (também com 300 pessoas), Enxofel (mais de uma centena de camaradas e amigos, no CT do PCP), Beringel, Campo Maior, Vale de Cavalos, Coruche (pavilhão da Câmara Municipal), Couço (800 pessoas nas instalações da Fábrica do Tabaco), Alpiarça (cerca de 250 pessoas nas novas instalações do

Mouchão do Inglês), Almada (Pavilhão da Romeira, que assistiu a uma das mais animadas festas até hoje realizadas em Almada), Barreiro (no «Nicola»), Vialonga (V. F. Xira), Covilhã, Manteigas, S. João da Madeira, Ovar, etc., etc. A festa realizada em Viseu, no pavilhão «A» da Feira de S. Mateus constituiu um grande êxito. A animação foi do princípio ao fim e o conjunto «Diesel» tocou e bem para as cerca de 800 pessoas presentes. Já de madrugada um grupo de «meninos-bem», conhecidos provocadores, depois de terem tentado forçar a entrada sem pagar bilhete, feriram à tração dois militantes comunistas, um dos quais esteve temporariamente hospitalizado. Os arruaceiros fascistas feriram os nossos camaradas com navalhas. A Comissão Distrital de Viseu do PCP num comunicado de protesto pela ocorrência, divulga que o Partido vai proceder criminalmente contra os responsáveis. Entretanto, a projectada festa de fim de ano, já tradicional em Lagos e este ano marcada para o cinema local, teve de ser anulada visto que a entidade proprietária do cinema, depois de garantir o aluguer de sala, em cima da hora deu o dito pelo não dito, recusando-se a que a mesma fosse utilizada para a festa organizada pelos militantes comunistas e aberta a toda a gente interessada.

Autarquias Encontro de quadros em Santarém

A DORSA do PCP promove no próximo dia 24, na Casa do Campino, em Santarém, um encontro distrital de quadros sobre autarquias locais.

O encontro tem como objectivos principais fazer um balanço do trabalho desenvolvido pelos eleitos comunistas e seus aliados

nas autarquias do distrito e definir os objectivos a alcançar nas próximas eleições autárquicas de 1982.

Participará neste encontro o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Concelho de Braga

Amanhã, à noite realiza-se no Centro de Trabalho do PCP da cidade de Braga um importante plenário de militantes comunistas do concelho minhoto.

A reunião tem início marcado para as 21 horas e é promovida pela Comissão Concelhia do Partido.

Freguesia de Bemposta

A organização da freguesia de Bemposta (Abrantes) realiza no próximo sábado, dia 9, uma jornada de confraternização e solidariedade na Cooperativa Agrícola «Paz, Pão e Trabalho».

Além de um almoço-convívio, a iniciativa incluirá uma visita aos terrenos e instalações da Cooperativa, cinema e Canto Livre. Está prevista a participação do camarada Álvaro Brasileiro, deputado do PCP na Assembleia da República.

Porto Campanha Natal/81

As organizações do Comité Central do Porto e Vila Nova de Gaia empenharam-se em acabar o ano de 81 com as suas metas cumpridas.

Restam agora poucos dias para o encerramento da campanha o que naturalmente exige um esforço sério das restantes organizações.

Recolher e contabilizar rapidamente o dinheiro ainda não centralizado, bem como os compromissos de contribuições que ainda não foram concretizadas, é tarefa urgente.

CLP e Gaia são as duas primeiras organizações com mais de 100%; em 3.º lugar, com 88%, está o Comité dos Metalúrgicos; em 4.º lugar, com 83%, Gondomar; com 80%, em 5.º lugar, o Comité dos Grandes Serviços; em 6.º e 7.º, Sector Camponês de St. Tirso, com 75%; em 8.º Valongo, 72%; 9.º, Matosinhos, com 70% e 10.º Vila do Conde, com 61%.

Alcochete e Montijo

• Resultado dos sorteios

As organizações do Partido de Alcochete e Montijo realizaram sorteios na quadra festiva da passagem do ano. Apuraram-se os seguintes números:

Alcochete — 1.º, 303; 2.º, 534; 3.º, 264

Montijo — 1.º, 725; 2.º, 887; 3.º, 719.

Os contemplados devem dirigir-se aos Centros de Trabalho do PCP. E parabéns!

Sessões em Lisboa

O camarada Júlio Filipe, membro suplente do Comité Central, orienta no próximo fim-de-semana duas sessões do Partido em Lisboa. Uma realiza-se amanhã, às 21 e 30, na Comissão de Moradores da zona "II" de Chelas. A outra decorrerá a partir das 15 horas de sábado, no Centro de Trabalho do PCP de Marvila.

Festa de emigrantes em Clichy (França)

A semelhança de outras iniciativas já realizadas e a realizar por emigrantes comunistas e simpatizantes do PCP em vários pontos da Europa, os camaradas do núcleo de Clichy, em França, promovem no dia 24 deste mês, uma «festa cultural portuguesa» para comemorar o 60.º aniversário do PCP, ocorrido no passado ano de 1981. A princípio a iniciativa esteve marcada para 6 de Dezembro.

A festa decorrerá em Levallois, na Bolsa do Trabalho (Rua Marius Aulan, n.º 140) e do seu programa salientam-se as acções dos Ranchos Folclóricos «Flores de Abril» e «Os Alegres do Norte» e do Grupo Popular «Alerta». Haverá ainda projecção de diaporamas sobre a vida do Partido, além de música para todos os gostos, tómbola e serviço de bar com especialidades portuguesas. A entrada é livre.

Curso em Almada

Por iniciativa da Comissão Concelhia de Almada do PCP e com o apoio da CTI (Comissão para o Trabalho Ideológico) realizou-se recentemente um curso semanal no qual participaram 21 camaradas, na sua maioria dos organismos de direcção.

Foram objecto do curso os seguintes temas: a filosofia marxista-leninista, as classes e lutas de classes; a Revolução portuguesa e as tarefas imediatas; o Partido; e a situação internacional, (este com a colaboração da

camarada Graça Filipe da Secção Internacional).

No final houve um debate muito vivo e participado tendo os presentes concluído da enorme importância das matérias ali apresentadas para o desenvolvimento das tarefas práticas que se colocam ao Partido.

O secretariado da Comissão Concelhia após análise e balanço do curso concluiu também avançar muito proximamente com uma iniciativa semelhante, tendo em atenção as sugestões e críticas havidas.

Convívio em Coruche

Um almoço de confraternização dos funcionários do PCP e seus familiares da Direcção da Organização Regional de Santarém serviu de pretexto para uns bons momentos de convívio, alegria e muita camaradagem.

O local escolhido foi a vila de Coruche e entre os presentes encontravam-se o camarada Joaquim Gomes da Comissão Política e do Secretariado do CC e dois vereadores da Câmara Municipal.

Pela manhã, a anteceder o almoço, disputou-se um animado jogo de futebol e, à tarde, efectuou-se uma visita ao concelho guiada por vereadores da Câmara.

Juventude vai à Serra!

A Juventude Comunista Portuguesa (JCP) de Setúbal está a organizar uma grande excursão à Serra da Estrela, nos dias 6 e 7 de Fevereiro. A iniciativa insere-se na luta da juventude pela paz e o desarmamento. Os interessados devem contactar os CT's do PCP e da JCP naquele distrito.



Camaradas falecidos

Horácio Rodrigues

Com 75 anos faleceu no passado dia 24 de Dezembro o camarada Horácio Manuel de Freitas Rodrigues que se encontrava ligado ao Centro de Trabalho de Fátima.

José Tomé

Faleceu recentemente o camarada José Silva de Sousa

Tomé, militante da célula do BESCL, em Lisboa.

Expressando o sentir de todo o Partido, o colectivo do «Avante!» dirige aos familiares dos camaradas desaparecidos as mais sentidas condolências.

Assembleia na Chamusca

Realiza-se no próximo sábado, às 14 horas, na sala do Montepio Chamusquense, a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia da Chamusca do Partido Comunista Português.

Participará nos trabalhos desta Assembleia o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

A realização desta iniciativa é um importante passo para o reforço do PCP no concelho, onde os comunistas são a força política mais implantada.

Pioneiros de Almeirim



Decorreu com grande animação a festa promovida recentemente pelos núcleos dos Pioneiros do concelho de Almeirim. A iniciativa integrou-se na quadra festiva do Natal.

O programa incluiu a actuação do Rancho Folclórico Infantil dos Pioneiros do núcleo de Vendas Novas e a projecção de filmes infantis. No final, houve lanche-convívio.

Sorteio de Carnaxide

São os seguintes os resultados do sorteio organizado pelos camaradas da freguesia de Carnaxide:

1.º prémio — 71668 (cabaz do Natal); 2.º — 1453 (relógio de pulso); 3.º — 162266 (uma bebida).

Os contemplados que ainda não levantaram os seus prémios devem fazê-lo no Centro de Trabalho do PCP de Alguís, até ao próximo dia 15.

marcha
da pazpela paz!
pelo desarmamento!
não às armas nucleares!LISBOA 16 DE JANEIRO DE 1982
do SALDANHA ao ROSSIO

Intensificam-se a nível nacional os preparativos para as marchas da paz que se irão realizar no nosso país, pela primeira vez, dia 16. Um movimento que se tem vindo a desenvolver progressivamente a nível nacional e que, na conjuntura actual, assume duplo significado e importância: por um lado, como participação do nosso país e do nosso povo no amplo movimento pela paz que se desenvolve por toda a Europa; por outro, como necessária condenação da política desenvolvida pelo governo AD, de total submissão aos interesses do imperialismo — política que, em caso de conflito nuclear, teria como consequência a nossa total liquidação como povo e como país.

“Os trabalhadores portugueses conheceram durante 13 anos os efeitos de uma guerra colonial criminoso. Por isso não queremos mais guerras” — afirma-se em apelo (um entre vários de sindicatos e organizações populares) do Secretariado dos Sindicatos do Setúbal — “A escalada armamentista traz consigo graves prejuízos socio-económicos aos trabalhadores e à população em geral, absorvendo enormes recursos financeiros, materiais e humanos para fins que nada têm a ver com a satisfação das necessidades reais dos trabalhadores e das populações”.

Razões fortes para a nossa participação na luta geral pela paz, a que se soma a necessidade de exigir medidas concretas para que jamais em solo português seja permitido o estacionamento, trânsito ou instalação de armas nucleares.

Isso mesmo é também destacado em comunicado do Movimento Unitário dos Reformados Pensionistas (MURP), que afirma a sua oposição “à instalação, estacionamento e trânsito de armas nucleares em todo o território nacional e nas águas territoriais portuguesas, seja qual for a sua natureza, origem ou destino e exige que o Governo português tome medidas concretas nesse sentido e declare a todo o mundo a posição de Portugal”.

Como por toda a Europa, é a

juventude, de par com os trabalhadores, que surge particularmente empenhada na concretização de iniciativas pela paz, contra as armas nucleares. Sob o lema “Juventude marcha na frente em defesa da paz”, as estruturas juvenis do movimento organizado pela paz, vão concretizar diversas iniciativas, nomeadamente um “autocarro da paz” que deverá circular nas ruas de Lisboa nos dias 13, 14 e 15. Também em Lisboa, dia 14, realizar-se-á uma grande jorna-

da de informação e esclarecimento dos objectivos em marcha, enquanto o movimento “Não às Armas Nucleares” realiza sucessivas sessões de esclarecimento em Moscavide, Al-

gueirão, Mira Sintra (dia 9), Santo António dos Cavaleiros (dia 10), Almada (13), Santarém, Queluz, Vila Franca de Xira (15). Dia 8, todo o trabalho preparatório da Marcha da Paz,

será analisado em plenário aberto na Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, às 21 horas.

A marcha da paz no Porto, incluirá o lançamento, no rio Dou-

ro, de garrafas portadoras de mensagens de paz para todos os povos do mundo e um grande espectáculo na Praça da Liberdade, local de onde parte e também termina a manifesta-

ção. Na capital nortenha tal como em Lisboa e outras localidades, a marcha da paz tem recebido o apoio de milhares de personalidades, sindicatos, organizações populares, etc.

Marchas da paz do dia 16

— grandes jornadas nacionais

● Cresce a preparação em Lisboa e no Porto



«Numa altura destas!?!...»

À manif da Paz, eu?

Não, pá, numa altura destas, não é para aí que estou virado... Agora a questão não é de pazes nem de guerras, é a questão do pãozinho, percebes?

À manif contra a «AD» vou, tá visto e quando toca à greve, conta comigo. E olha que não sou daqueles que acho bem quando fazemos greve e se queixa das lutas dos outros. Ainda ontem tive uma quantidade de discussões em defesa da malta dos transportes quando lá... Mas isto não interessa. Dizia-te eu que é preciso olhar às coisas, ver a importância delas...

O quê? Que nós sabemos da importância da Paz porque tivemos uma guerra? Oh pá, é claro, mas isso é outra coisa: quando estávamos em guerra (e olha que eu sei bem o que isso foi), dizia eu, quando estávamos em guerra, era Angola, Guiné, Moçambique, o fascismo, etc, isso era outro falar. Claro que aí tínhamos bons motivos para lutar pela Paz e não esqueço que afinal conquistámos tudo ao mesmo tempo, a Paz e a liberdade...

Como? Se eu acho que é depois de roubado que se põem trancas à porta? É bom de ver que não, não estou à espera que comece outra guerra e que nós estejamos lá metidos para protestar e exigir a Paz, mas, que diabo, a guerra não está aí à porta e muito menos nos atinge a nós!

Achas que não? Diz, diz... Claro, aí tens razão, trata-se de defender uma coisa que agora temos, a Paz, e impedir que haja coisas que a ponham em perigo... Isso está certo, acerto: é claro que essa história de o Freitas, e mais o Balsemão e essa gente toda querem cá pôr mísseis americanos, mais o porta-avôes no Tejo ali todo o tempo, mais o oleoduto para abastecer a NATO, é claro que isso nos envolve... E... Tem perigos. Sim, pois, eu sei que isso nos transforma num alvo no caso de um conflito para que não éramos tidos nem havidos.

Um conflito nuclear? Com bombas atómicas e isso tudo? Sim, eu sei, com esta gente da «AD» nada nos garante que um dia destes os americanos não plantem aí foguetões com ogivas atómicas. Claro, aí ficamos completamente envolvidos. Para evitar que daqui disparassem os foguetões, é claro que tinham que bombardear as bases cá.

Os resultados? É, isso toda a gente sabe... Já vi os

cálculos da gente que percebe disso, quatro ou cinco bombas eram o suficiente para arrasar completamente Lisboa e matar a população quase toda.

Os compromissos da URSS? Os de que não utilizará jamais armas atómicas contra países que não disponham ou onde não estejam estacionadas armas atómicas? Pois, conheço também.

Pronto. De acordo. É evidente que nós, portugueses, não precisamos de armas atómicas contra ninguém e é um disparate ficarmos a correr riscos para os americanos as poderem disparar de cá. É uma coisa que só passa pela cabeça da direita que é claro que faz tudo o que os americanos querem.

Porque é que faz, perguntas tu? Ora, está visto, porque precisa do apoio deles? Para quê? Olha que pergunta! É claro que sem o apoio deles há muito tempo que eles não se aguentavam aqui, nem faziam o que fazem para nos dar cabo da vida?

Como? Uhm... É, não lembras mal... Lutar pela Paz é também lutar contra a política da direita, contra toda a política da direita. Visto desse ângulo a coisa muda um tanto de figura.

Bom, mas olha lá, o facto é que há coisas dentro da política da direita, da «AD», que a malta sente muito mais, que nos doem muito mais do que esta questão da Paz! Se o problema é pô-los na rua (e aí estamos todos de acordo), vamos é agarrar naquilo que toda a gente sente, não te parece?

Achas que não estou a ver a importância da Paz? Não me venhas comparar com as manifs em Londres, em Bona ou em Roma: aí a questão é muito mais aguda, os mísseis já lá estão mesmo, toda a gente sabe... Espera, espera! Já sei o que é que vais dizer, que é a história da casa roubada, que é melhor impedir que eles venham para cá do que depois tentar tirá-los! Pois, e também tens razão que depois dos americanos cá terem mísseis ou coisa que o valha hão-de tornar muito mais difícil deitar abaixo a direita que lhes garante a estadia e lá temos também a questão da liberdade, da democracia, etc.

Não é só isso? A defesa da Paz em todo o Mundo interessa às pessoas todas em todo o mundo? Já estou a ver onde é que queres chegar, também... A gente às vezes esquece essas coisas, é verdade... As fortunas que se gastam em armamentos, tudo aquilo para que esse dinheiro podia servir... Pois, aquele

exemplo de que só o que custa um submarino atómico dava para educar 16 milhões de crianças durante um ano.

Há mais exemplos, eu sei. E as destruições que uma guerra causaria, claro. É evidente que os tipos que fabricam as armas estão-se nas tintas para isso, isso é de todos os tempos; não são eles que morrem e ficam sem casa, sem emprego, estropeados.

Claro que tens razão, há deveres de solidariedade, mesmo quando não se está directamente envolvido... Achas que não? Ah, achas que essa solidariedade é mais profunda? Mais profunda como?

É que são os interesses de todos nós, do pessoal que trabalha, do povo, dos povos todos que estão em jogo? É evidente que hoje está tudo ligado: os interesses e os destinos dos senhores da «AD» estão ligados aos dos monopólios americanos e os interesses e os destinos dos portugueses, do povo estão ligados aos dos outros povos.

O exemplo da guerra colonial? Pois, está certo, quando nós conquistámos a Paz, os angolanos, os moçambicanos, os guineenses também conquistaram a Paz. E com a liberdade foi a mesma coisa.

De facto talvez às vezes a gente esqueça o que significaria de facto uma guerra... Mortes e mais mortes, destruições... E então agora com bombas atómicas, de neutrões, mísseis e isso tudo! De uma forma ou outra, acaba por tocar a todos — é verdade.

E depois — aí também tens razão — e isto anda tudo ligado: paz e liberdade, democracia e independência nacional, a «AD» a aumentar preços, a dar empresas aos patrões, a arruinar o País e a mesma «AD» a fazer a política do Reagan, a alinhar com as ameaças de guerra e a envolver o povo todo e o País todo nisso.

Tá certo, convenceste-me (bom, olha que também não foi difícil, hem?... Isto às vezes é dar ou não a devida importância às coisas, é preciso a gente falar, agarrar tudo).

Mas está, no dia 16 eu estou lá e amanhã já falo na questão a quem puder.

Sim, eu sei que é a 16, no sábado da semana que vem, no Saldanha. Olha tens é de me dizer a hora porque no cartaz não vem...

Às 15, às 3 da tarde? Certo.

SALÁRIOS E CUSTO DE VIDA SÃO OBJECTIVOS CONCRETOS DAS LUTAS

- Coincidem hoje paralisações da Carris, Metro e CP
- Governo «AD» é o primeiro responsável pela eclosão das greves

Amplamente unitárias, as formas de luta adoptadas esta semana no Metro, Carris e CP tiveram larga adesão.

As organizações sindicais representativas, contra o que o Governo quis dar a entender, definiram concretamente e com antecedência suficiente os objectivos da greve. “Contra o boicote na contratação colectiva e contra o tecto salarial, contra a lei dos despedimentos, contra o aumento dos preços e pelo melhoramento dos serviços à população, para defender os interesses de todos”, na perspectiva de uma luta que interessa não só aos trabalhadores das empresas em greve, mas a todos os trabalhadores e à população em geral, foram os objectivos anunciados publicamente pelas comissões negociadoras sindicais e pelas Federações sindicais dos Transportes e dos Ferrovários em 28 de Dezembro findo.

Necessariamente outros objectivos derivam desses, mas ultrapassam o âmbito da luta decretada pelos Sindicatos. Na base das razões dos três dias de greve nos transportes e das outras formas de luta adoptadas nos sectores da construção civil, material eléctrico e electrónico, cristalaria e várias empresas, incluindo as da aviação estrangeira, onde os conflitos continuam por resolver, estão bem nitidas as atitudes do governo AD, dos conselhos de gerência da sua confiança e da clientela AD entre o grande patronato, que fecham sistematicamente as portas à negociação e ao diálogo com as organizações representativas dos trabalhadores empurrando-as para a greve.

Escondido ou aparente, os trabalhadores não aceitam o tecto salarial que o Governo AD pretende impor-lhes.

Os 11 por cento na Função Pública não foram aceites, como não foi aceite a imposição inconstitucional de uma tabela por via admi-

nistrativa sem exercício do direito de negociação directa por parte dos representantes sindicais.

Os aumentos entre os 11 e os 17 por cento que, na maioria dos casos, grandes patrões, gestores e conselhos de administração têm “oferecido”, não são por sua

vez aceites pelos sindicatos e outras organizações representativas dos trabalhadores em sectores e empresas onde prossegue a luta contra qualquer tecto salarial e por salários e garantias que acompanhem pelo menos a subida desenfreada do custo de vida.

NEGOCIAÇÕES E SALÁRIOS JUSTOS

Na construção civil, depois da paralisação nacional de 22 de Dezembro com uma adesão média da ordem dos 80 por cento, a Comissão Negociadora Sindical representativa de cerca de 250 mil trabalhadores anunciou nova greve para 6 e 7 do corrente. “Pela continuação das negociações e por um salário justo” são os objectivos centrais da luta derivada da posição do patronato que, “recusando a continuação das negociações, propôs a passagem à conciliação quando ainda só tinham decorrido duas reuniões de negociação”.

Nun comunicado de 29 de Dezembro, a CNS e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeiras acrescentam que “o patronato sabe que pode contar com este governo para intensificar a exploração através de

todos os mecanismos, seja pela via dos salários, seja dos despedimentos ou dos contratos a prazo”.

Daí a urgência desse patronato em “correr para o Ministério do Trabalho”. Daí a sua urgência em romper as negociações.

“Os 250 mil trabalhadores da construção — acrescenta o mesmo comunicado — paralisam nos dias 6 e 7 de Janeiro em luta pelos seus salários, pelo subsídio de refeição e pela vigência contratual de 12 meses”. Mas paralisam também “pela derrota dos planos golpistas e anticonstitucionais do governo AD/Balsemão, concretizados nos projectos de leis laborais, na imposição do tecto salarial”, quer ele venha a tomar uma forma clara ou dissimulada”.

AS REINVIDICAÇÕES DOS TRANSPORTES

Só de indemnizações compensatórias, que o Estado deveria pagar aos transportes públicos, como serviço naturalmente subsidiado que é, o Governo deve ao Metro, Carris e CP mais de 12 milhões de contos.

Sendo comprovadamente assim, este Governo e este ministro do Trabalho não têm qualquer autoridade para falar em “empresas de-



A rábula do ministro

Cego pelo tecto que diz não existir, porque é tão baixo que se confunde com o soalho, o ministro Queirós Martins, dito do Trabalho, foi na segunda-feira à televisão fazer uma vez mais a rábula das empresas deficitárias no sector nacionalizado dos transportes e agitar o espantinho do comunismo para esconder a unidade efectiva dos trabalhadores e as razões objectivas da greve.

Tão cego estava o ministro na sua rábula deficitária que não falou uma só vez no terceiro aumento dos preços dos bilhetes, num período que em pouco excede um ano de vigência dos seus Governos AD e mais da sua política antidemocrática de ataque às nacionalizações.

Mas, esqueça-o ou não o ministro dito do Trabalho e mais o dos Transportes e todo o Governo, esse e outros aumentos existem e existem em vigor — o último deles, como todo a gente sabe, desde 1 de Janeiro do ano corrente.

Outra forma de cegueira do Governo e dos seus porta-vozes é a tentativa repetida e sempre desonesta de “politização” da greve à boa maneira fascista.

O ministro e o seu Governo estão muito enganados. Não são eles, não é a AD, que vão obrigar os trabalhadores a «despir» as suas convicções políticas, ou as suas filiações partidárias para fazerem greve nuzinhos como vieram ao mundo. O espantinho do comunismo de tão agitado pelo fascismo já não assusta tanta gente como pensa o ministro dito do Trabalho e o seu Governo AD.

Quem se assusta são os ministros deste Governo com a sua própria incapacidade para resolver os problemas do País.

lhe deve ter trazido grandes lucros políticos. Mas não foi por falta de diligência da RTP.

A verdade é que o Governo e os seus homens na Carris, no Metro e na CP, são os grandes responsáveis pelas greves e pela situação que se criou nessas empresas.

O resto é abuso do poder na televisão, má-fé e demagogia no tratamento das lutas dos trabalhadores, deturpando-lhes os objectivos e tentando a todo o custo reduzir o alcance das formas de luta decretadas democraticamente e seguidas com larga adesão.

